



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense – Reitoria

ANEXO III - EDITAL N° 118/2018 (PAE)
DECLARAÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL

Nós, DECLARANTES, abaixo-assinados:

| | | |
|-----------------------|-------------------------|----------------|
| Nome (1° declarante): | | |
| Nacionalidade: | Estado Civil: | Profissão: |
| CPF: | Carteira de Identidade: | Órgão Emissor: |

e

| | | |
|-----------------------|-------------------------|----------------|
| Nome (2° declarante): | | |
| Nacionalidade: | Estado Civil: | Profissão: |
| CPF: | Carteira de Identidade: | Órgão Emissor: |

Residentes e domiciliados no endereço:

| | | |
|-------------|----------------|--------------|
| Logradouro: | | Complemento: |
| Bairro: | Cidade/Estado: | CEP: |

Declaramos, sob as penas da Lei, que convivemos em **UNIÃO ESTÁVEL**, de natureza familiar, pública e duradoura, desde ____/____/_____, nos termos dos artigos 1.723 e seguintes do Código Civil, Título III – “Da União Estável”.

Assim, o que neste instrumento se declara é a mais pura expressão da verdade, o qual assinamos para que surtam seus efeitos legais. Desde já autorizamos a verificação dos dados, sabendo que a omissão ou falsidade de informações resultará nas penalidades cabíveis¹.

Local e data: _____, ____ de _____ de 20 ____

Assinatura do Declarante 1: _____

Assinatura do Declarante 2: _____

¹Código Penal:

Art. 171 - Crime de Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa.

Art. 299 - Crime de Falsidade Ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular.